

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 27-02-2014

Presidente

Lucindo dos Anjos de Fontes Couto

Deputados

José Honorato Sousa Medeiros

João Carlos Barbosa Leite

António José de Braga Sousa

Andreia Margarida Vicente Junco

Paulo Roberto Fontes Junco

João Alberto Carreiro de Medeiros Simas

Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro

Pedro Henrique Soares Correia

Teófilo José Soares de Braga

Séfora de Fátima Santos da Costa Correia

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Emanuel Frias Santos

Hélder Herculano Pimentel Medeiros

António José Santos Ponte

Maria Rita Cabral Rodrigues

Emanuel de Sousa Medeiros

Edgardo Costa Madeira

Flávio Miguel da Ponte Pacheco

Erasmo Carlos Esteves de Melo Moniz

Rui Nelson Furtado Amaral

Patrícia de Fátima Vieira de Andrade

Arménio Maurino Correia Jardim

Carlos Manuel de Arruda Dias Soares

Paulo Alexandre Pacheco Duarte

Secretários

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel

Cláudia de Jesus Lima Cabral

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27-02-2014

ÍNDICE

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO UM - PROC.N. 3206/GSP/2013 - Proposta de Criação da Comissão Municipal de Trânsito e Eleição dos seus representantes

PONTO DOIS - PROC.N.3222/GSP/2013 - Criação do Conselho Municipal de Juventude e Eleição dos seus representantes

PONTO TRÊS - PROC.N. 842/GSP/2013 - Proposta de Regulamento de Hortas Sociais do Município de Vila Franca do Campo

PONTO QUATRO - PROC.N.482/GSP/2014 - 1ª Revisão Orçamental - 2014

PONTO CINCO - PROC. N.479/GSP/2014 - Proposta de Atribuição da Remuneração Complementar Regional

PONTO SEIS - PROC.N.481/GSP/2013 - Proposta de Resolução de Expropriação, com Declaração de Utilidade Pública, Atribuição de Caráter de Urgência e Autorização de Posse Administrativa

PONTO SETE - PROC.N.6953/GSP/2013 - Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel - Pedido de Isenção de Taxas.

PONTO OITO - PROC.N. 239/GSP/2014 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2013 - 4º Trimestre

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27-02-2014

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Vila Franca do Campo e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão Ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência de Lucindo dos Anjos de Fontes Couto, secretariado por Maria Paula Carvalho Dias Pimentel e Cláudia de Jesus Lima Cabral, na qualidade de primeira e segunda secretária respetivamente da Mesa da Assembleia.-----

Após o Presidente ter declarado aberta a sessão pelas 20:00 horas deu conhecimento à Assembleia da renúncia do mandato, apresentada por escrito, do membro dessa Assembleia, Henrique Manuel Belo Pires, da lista do PS. -----

Assim e nos termos do disposto no número 3, do artigo 60º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o Presidente da Assembleia Municipal, instalou, como membro da mesma mesa o Sr. Erasmo Carlos Esteves de Melo Moniz, residente na Estrada Regional, nº 26, freguesia da Ribeira Seca, concelho de Vila Franca do Campo, com o cartão de cidadão número 11760258, inscrito na comissão de recenseamento da freguesia da Ribeira Seca, com o número de eleitor 1280, eleito pela lista do PS – Partido Socialista.-----

Seguidamente foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes desse órgão verificando-se não haver faltas a registar.-----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, o Vice-Presidente Carlos Manuel Melo Pimentel e os vereadores Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, Arnaldo Branco Raposo de Amaral, Rui António Dias da Câmara Carvalho e Melo, Mário Rui Braga e Sabrina Coutinho Furtado.-----

Foi submetida a apreciação e votação a ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 12 de dezembro de 2013. Relativamente a essa o membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, referiu que fazia questão do seu nome constar no voto de abstenção dado aquando da votação do “voto de pesar a Nelson Mandela”. Posto isso foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:

O membro da Assembleia Municipal, Margarida Arruda Pinheiro, pediu a palavra ao presidente da Assembleia e apresentou um voto de congratulação pelos 100 dias de governação e pelos êxitos alcançados.-----

“Voto de congratulação

Os membros da Assembleia Municipal do grupo do Partido Socialista vêm apresentar o seguinte voto de congratulação:

No dia 12 de fevereiro de 2014, o executivo camarário, da responsabilidade do Partido Socialista, fez cem dias de exercício de funções.

Neste curto espaço de tempo, o Presidente Ricardo Rodrigues e a sua equipa, marcaram pela positiva, como se pode governar de forma diferente do que fazia o PSD, concretizando ações visando o desenvolvimento do Concelho e apoiando as famílias mais carenciadas. Aproveitando os programas de emprego, postos à disposição pelo Governo Regional, nestes cem dias, 113 pessoas foram colocadas a trabalhar na câmara, conferindo assim dignidade a outros tantos agregados familiares, o que corresponde a um volume considerável de recursos financeiros que anualmente entrarão no Concelho e que se estima em cerca de setecentos mil euros.

Esta realidade repercutir-se-á no comércio local, dinamizando um setor muito afetado, que se têm verificado pelos cortes salariais e nas pensões, da responsabilidade do Governo da República.

Por outro lado, hoje reconfirmaremos aqui, a atribuição, aos trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, da remuneração complementar, que no seu conjunto representa um valor que ascende acerca de cento e vinte mil euros.

Neste domínio, ou seja dos trabalhadores da Câmara, também nos congratulamos com a decisão da Câmara de repor as 35 horas de trabalho semanal, contrariando a decisão do Governo da República do PSD/CDS, que pretendia um retrocesso civilizacional, de aumentar para 40 horas o horário de trabalho semanal.

Congratulamo-nos também com a decisão do Sr. Presidente Ricardo Rodrigues e a sua equipa, no lançamento e adjudicação das seguintes obras:

- Requalificação do Forte do Corpo Santo e Núcleo Museológico de Olaria e sua ligação.
- Reconstrução da casa dos magistrados.
- Requalificação da casa Museu.
- Regularização do caudal de cheias.
- Ligação do aldeamento da Torre à rotunda da SCUT, em Água d'Álto.
- Reforço do abastecimento de água de consumo, em Ponta Garça.

Assim, o volume de obras adjudicadas e em vias de serem adjudicadas, perfaz um total de 2.500.000 euros (dois milhões e quinhentos mil euros).

Acresce que a curto prazo será consignada a obra de ligação da SCUT à Mãe de Água, no valor de cerca de setecentos mil euros.

Daqui resulta que o volume financeiro de obras que se iniciarão este ano, é da responsabilidade da Câmara Municipal, no valor de 3.200.000 euros (três milhões e duzentos mil euros).

O grupo parlamentar congratula-se com a dinâmica introduzida neste sector de construção civil, designadamente, como tudo indica, as obras serão realizadas, na sua maioria, por empresas locais, o que irá reflectir no combate ao desemprego, principal compromisso do Presidente Ricardo Rodrigues.

Sem dúvida que estes primeiros cem dias vêm confirmar a nossa expectativa que com esta equipa, coordenada por Ricardo Rodrigues, o Partido Socialista faria melhor e de forma diferente, combatendo os

principais problemas do Concelho e muito importante, sem aumentar a dívida da Câmara, bem pelo contrário amortizando todas as responsabilidades e em simultâneo mantendo o prazo médio de pagamento aos fornecedores em quinze dias.

Por tudo isto apresentamos o presente voto de congratulação pelos êxitos alcançados em tão curto prazo.

Tenho dito.”-----

Colocado esse voto a votação, abstiveram-se de 7 membros da Assembleia do grupo eleito pelo PSD, aprovado por maioria.-----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, que fez uma declaração de voto sobre os 100 dias de governação por parte do executivo. Sobre isso referiu que o grupo parlamentar do PSD não sofria de partidarismo e que reconhecia o valor do que foi conseguido nesses 100 dias de governação.-----

O Presidente da Câmara Municipal, fazendo uso da palavra, referiu que era um dever gerir o Concelho da melhor maneira para que Vila Franca pudesse progredir da melhor forma. Salientou que estava sendo feito tudo para que Vila Franca progredisse tanto a nível social, com a criação de programas de emprego que se traduzissem numa melhoria do estado vida das pessoas, como a nível da construção, o que se iria refletir na construção das obras em sessões anteriormente referenciadas. Quanto a essas teceu algumas considerações nomeadamente sobre o aspeto económico. Referiu que 445 000 € iriam para o orçamento da obra da casa dos magistrados. Salientou que a mesma havia sido adjudicada às empresas Marques SA e Couto & Couto. Relativamente ao Museu frisou que tinham concorrido 7 empresas e que se estava numa fase de apreciação. Acrescentou que a obra do Forte do Corpo Santo e arredores tinha sido orçamentada em 625 000€ e que tinha ficado a cargo da empresa Marques SA e Couto & Couto. Quanto à Terminal de Camionagem o valor orçamentado tinha sido semelhante a esse último e as empresas envolvidas tinham sido as mesmas. Relativamente á obra da Mãe D' Água o valor orçamentado tinha sido 223 000€ e tinha ficado também a cargo da empresa Marques SA e Couto & Couto. Referiu ainda que o ligamento da Scut ao loteamento da Torre, freguesia de Água D'Alto, seria um assunto a tratar atempadamente nessa sessão, uma vez que a Câmara iria proceder a uma expropriação por falta de entendimento com um dos proprietários.-----

Seguidamente falou sobre as preocupações sociais e da necessidade que havia em auxiliar as famílias mais carenciadas. Falou sobre o “Programa Recuperar” e sobre como esse ajudava a integrar essas pessoas socialmente. Referiu tratar-se de um trabalho útil, a favor da comunidade, ao mesmo tempo que contribuía não só para a dignificação das pessoas desempregadas como dos seus agregados familiares. Frisou que a questão do emprego sempre fora a preocupação principal da Câmara Municipal.-----

Solicitou a palavra o membro da Assembleia Municipal, Paulo Duarte, que questionou se tinha havido ou não alteração do regulamento municipal das taxas sobre as obras. Apresentou um caso específico em que a análise de um projeto tinha custado 120 €. Inquiriu sobre esse fato, salientando a precaridade da situação em que a construção civil se encontrava, referindo que essa alteração não beneficiava a mesma.-----

O Presidente da Câmara pediu o uso da palavra e respondeu que qualquer alteração às taxas não seria feita sem a aprovação da assembleia, pelo que, a situação mencionada era um equívoco. Acrescentou ainda que se as taxas tivessem que ir à assembleia seriam para diminuir o seu valor e não aumentar. A única atualização verificada era a feita automaticamente à taxa de inflação do ano anterior.-----

Foi efetuada uma proposta/recomendação pelo membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, eleito na lista do PPD/PSD-PPM, para que o busto do Engenheiro Artur do Canto Resende fosse valorizado e cuidado conferindo assim merecimento e dignificação ao ilustre vila-franquense.-----

Antes de se pronunciar sobre essa questão, o Presidente da Câmara solicitou um esclarecimento sobre quantos grupos municipais existiam na Assembleia. Acrescentou que o grupo PPD/PSD-PPM se tinha apresentado como uma coligação e que uma mudança de composição implicaria mudanças na estrutura da própria assembleia, uma vez, que haveria uma separação de grupos que urgia esclarecer. Relativamente à recomendação explicou que certamente o busto do Engenheiro Artur Canto Resende merecia respeito e consideração e o que tinha sido feito não tinha sido com o intuito de desconsiderar e desmerecer o referido senhor. Referiu ainda não ser prioridade do executivo camarário embelezar o busto porém, acrescentou, que se justificasse seria feito algum melhoramento naquele sentido.-----

O Presidente da Assembleia Municipal relativamente à dissolução da coligação leu o artigo n.º 47, ponto 1, 2 e 3 do Regulamento da Assembleia Municipal, de forma, a alertar os grupos envolvidos de que a mesma teria que ser feita por escrito e assinada por todos os elementos envolvidos.-----

Pedi o uso da palavra o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, que referiu que na anterior reunião da assembleia essa dúvida havia surgido e que tinha sido dito que eram dois grupos municipais, contudo, acrescentou, que faltava apresentar formalmente a dissolução. Posto isso, os membros da assembleia eleitos pelo PSD e pelo PPM, nos termos previstos nos números 1,2 e 3 do artigo 47º, do Regimento da Assembleia Municipal, apresentaram ao Presidente da Assembleia Municipal a seguinte comunicação que subscreveram e que na íntegra se transcreve:-----

“ Os deputados municipais abaixo assinados, comunicam que a coligação “Acreditar de Novo” PSD/PPM, optam por se constituir, O PSD em Grupo Parlamentar e o PPM em Representação Parlamentar.-----

Assim, o deputado municipal Edgardo Madeira, passará a constituir a representação Parlamentar – PPM – Partido Popular Monárquico e os restantes deputados municipais no grupo Parlamentar – PSD – Partido Social Democrata, que inclui ainda os Presidentes da Junta de Freguesia de Ponta Garça e Ribeira Seca.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O membro da Assembleia Municipal, Teófilo Braga, do grupo municipal do NR, apresentou à assembleia uma proposta de homenagem ao Professor Eduardo Calisto do Amaral. -----

“PROPOSTA **Homenagem ao Professor Eduardo Calisto do Amaral**

Considerando que desde 1994, ano em que foi designado o patrono da Escola do Primeiro Ciclo da Ribeira Seca, um grupo de antigos alunos e moradores da localidade efetuou algumas diligências para que fosse alterada a decisão de modo a que o patrono da mesma passasse a ser o professor Eduardo Calisto do Amaral;

Considerando que de acordo com o ponto 1 do artigo 16º do Decreto Legislativo Regional nº 13/2013/A, de 30 de agosto, a Escola da Ribeira Seca, tal como as restantes, não pode ter por denominação o nome de uma pessoa que não tenha falecido há pelo menos cinco anos;

Considerando que o professor Eduardo Calisto Amaral foi diretor da Escola da Ribeira Seca durante muitos anos;

Considerando que durante 30 anos o professor Eduardo Calisto liderou a Marcha de São João da Ribeira Seca.

Considerando que o professor Eduardo Calisto do Amaral foi o autor de uma revista que foi exibida no final de um ano letivo na Escola da Ribeira Seca;

Considerando que, após o 25 de Abril de 1974, o professor Eduardo Calisto, na qualidade de diretor da Escola da Ribeira Seca, foi pioneiro na abertura das instalações da escola para a prática desportiva dos jovens da localidade;

Considerando que o professor Eduardo Calisto Amaral, pelo seu trabalho, dedicação e maneira de ser, marcou profundamente os seus alunos e pela sua facilidade em se relacionar com os outros granjeou a simpatia da comunidade que tão bem soube servir;

Considerando que o professor Eduardo Calisto do Amaral coordenou uma equipa de professores que foi pioneira na integração da Escola da Ribeira Seca na comunidade onde esta se inseria.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo resolve recomendar à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo o seguinte:

- A realização, na Ribeira Seca, de uma sessão pública de homenagem ao professor Eduardo Calisto do Amaral e à sua equipa, aberta a toda a população;

- A atribuição do seu nome a uma artéria da localidade, e na inviabilidade desta, como alternativa sugere a afixação de uma placa alusiva ao seu contributo, bem como ao da sua equipa, para a comunidade da freguesia.

Vila Franca do Campo, 27 de Fevereiro de 2014”

Relativamente a essa proposta o Presidente da Câmara referiu ser essa uma ideia magnífica e que, sobre a mesma pessoa, havia uma ideia delineada sobre o que se havia de fazer para a homenagear pois em muito havia contribuído para a história da freguesia da Ribeira Seca. Assim a atribuição do nome do Professor Eduardo Calisto de Amaral ao Centro Comunitário da Ribeira Seca seria uma opção que o ligaria para sempre à freguesia e às suas gentes.-----

Ainda sobre a referida homenagem o presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, Emanuel Sousa Medeiros, solicitou o uso da palavra, ao presidente da Assembleia, para acrescentar que a ideia era excelente e que no passado também ele tinha feito intentos para que o nome do Professor Eduardo Calisto ficasse ligado à Ribeira Seca, porém os mesmos se tinham revelado infrutíferos. Acarinhou essa ideia uma vez que o ilustre professor marcara não só um conjunto de gerações como também toda a população da freguesia.-----

Colocada a posposta a votação foi aprovada por unanimidade.-----

O membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, fazendo o uso da palavra, questionou e solicitou esclarecimentos ao Presidente da Câmara sobre o que tinha ouvido através da comunicação social e que se prendia com a alteração do feriado municipal de 24 de junho, dia de São João.-----

Sobre esse assunto o Presidente da Câmara referiu que havia sido feita uma audição com os responsáveis das marchas de São João e que, após conversações, tinham chegado a um consenso. Na verdade, a única consiste em mudar o segundo dia do desfile das marchas para o sábado seguinte, o que isso permitiria que não só mais pessoas visitassem Vila Franca como os próprios vila-franquenses usufruiriam muito mais das festividades. Saliu que as questões que envolviam tradições populares careciam sempre de averiguações junto dos interessados, pelo que, o que tinha sido alterado tinha sido muito bem estudado. Acrescentou ainda que a par dessa alteração outras se lhe seguiriam nomeadamente o local de desfile, que seria entre a Avenida das Comunidades e a Rotunda dos Frades. Essa alteração/inovação tinha o pressuposto de se recuperar as Verbenas de São João de outrora. Seriam instaladas barraquinhas no largo à esquerda da Rotunda do Frades havendo assim uma maior dinamização e convívio social. Porém, deixou claro que o dia de São João seria sempre de 23 para 24 de junho e que não haveria qualquer alteração nesse dia. O desfile e o percurso seriam para se manter assim como a festa na Praça. O sábado seguinte é que seria uma inovação que resultaria numa mais-valia para todos pelos motivos apresentados.-----

O membro da Assembleia Municipal, Edgardo Madeira, eleito pelo PPM, informou e alertou para o mau estado do piso da rua das Hortas e para os riscos que isso implicava para os peões e viaturas.-----

Quanto a essa questão o Presidente da Câmara respondeu ser do seu conhecimento que tanto essa artéria como outras se encontravam em mau estado. Todavia a situação financeira da Câmara não permitia uma repavimentação. Atempadamente seria tomada uma decisão.-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM - PROC.N. 3206/GSP/2013 - Proposta de Criação da Comissão Municipal de Trânsito e Eleição dos seus representantes -----

Sobre a proposta de criação da Comissão Municipal de Trânsito cujo regulamento foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 2 de janeiro de 2014 e em conformidade com a alínea b) do nº 2 do já referido regulamento, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar e designar os seguintes representantes: João Alberto Carreiro de Medeiros Simas - PPD/PSD; Edgardo Costa Madeira - PPM; Erasmo Carlos Esteves de Melo Moniz - PS e Carlos Manuel de Arruda Soares - NR. Acrescente-se ainda que cada Presidente de Junta seria o representante da respetiva freguesia.-----

PONTO DOIS - PROC.N.3222/GSP/2013 - Criação do Conselho Municipal de Juventude e Eleição dos seus representantes-----

Foi presente à reunião a proposta da Câmara Municipal, aprovada na sua reunião de 2 de janeiro de 2014, sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e designar os seguintes representantes: Paulo Roberto Fontes Junco - PPD/PSD; Edgardo Costa Madeira - PPM; Pedro Henrique Soares Correia - PS e Teófilo José Soares de Braga - NR.-----

PONTO TRÊS - PROC.N. 842/GSP/2013 - Proposta de Regulamento de Hortas Sociais do Município de Vila Franca do Campo -----

Foi presente a essa sessão a proposta de Regulamento de Hortas Sociais do Município de Vila Franca do Campo, aprovada pela Câmara Municipal na reunião de 27 de janeiro de 2014.-----

Sobre esse assunto o Presidente da Câmara teceu algumas considerações e explicou que no regulamento constavam muitas alternativas de exploração. Acrescentou ainda que, depois de o mesmo ser aprovado, o terreno destinado a esse fim, em Ponta Garça, seria automaticamente disponibilizado para as candidaturas. Relativamente a essa questão o membro da Assembleia Municipal, Teófilo Braga, propôs algumas alterações ao regulamento que iam no sentido da obrigatoriedade de execução por parte dos interessados. Foi então explicado pelo Presidente da Câmara que o Regulamento tinha sido criado como

intuito de disciplinar e não para inculcar obrigatoriedade. Certamente que algumas alterações poderiam ser avaliadas mas a génese da ideia era a sustentabilidade do agregado familiar. Salientou que esse projeto tinha sido orientado para ajudar núcleos familiares carenciados. Solicitou então que fossem entregues as propostas por escrito para uma melhor reflexão e avaliação.-----

A Assembleia deliberou aprovar por maioria a proposta de Regulamento de Hortas Sociais do Município de Vila Franca do Campo, com a abstenção de dois membros eleitos na lista do PPD/PSD.-----

PONTO QUATRO - PROC.N.482/GSP/2014 - 1ª Revisão Orçamental – 2014-----

Foi submetida à apreciação da Assembleia a proposta da 1.ª Revisão Orçamental de 2014 que visa a criação no Plano Plurianual de Investimentos - PPI 2 - novas Ações, aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 19 de fevereiro de 2014. A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com abstenção dos membros eleitos pelo PPD/PSD e PPM.-----

PONTO CINCO - PROC. N.479/GSP/2014 - Proposta de Atribuição da Remuneração Complementar Regional-----

Foi presente à sessão a proposta de atribuição da Remuneração Complementar aos trabalhadores da autarquia, aprovada pela Deliberação da Câmara Municipal n.º n°18/2014, de 19 de fevereiro.-----

O Presidente da Câmara explicou que a razão para aquela ação se prendia com a ideia de justiça e de equitatividade. A nível económico a classe média era a que mais tinha sofrido com os cortes nos salários e pensões bem como um enorme aumento de impostos, tudo da responsabilidade e insensibilidade social do Governo da República e havia que repor algumas condições que contribuíssem para que houvesse algum reequilíbrio económico. A classe média era o motor da evolução, porquanto só uma classe média forte permite redistribuir a riqueza criada em benefício dos mais carenciados. Era ela que gerava capital e sem ela a sociedade dividia-se entre uns cada vez mais ricos e outros cada vez mais pobres. Urgia corrigir para criar equilíbrio. Perante o exposto a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, com menos um voto do membro da assembleia da lista do PPD/PSD, por esse se encontrar na situação de impedimento legal.--

PONTO SEIS - PROC.N.481/GSP/2013 - Proposta de Resolução de Expropriação, com Declaração de Utilidade Pública, Atribuição de Caráter de Urgência e Autorização de Posse Administrativa -----

A Assembleia tomou conhecimento da proposta de Resolução de Expropriação, com Declaração de Utilidade Pública, Atribuição de Caráter de Urgência e Autorização de Posse Administrativa, apresentada sob a deliberação da Câmara Municipal de 19-02-2014. -----

Foi dado a saber à Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara, que tinham sido feitas diligências para um entendimento, junto do casal proprietário do terreno que fará futuramente a ligação do Aldeamento da Torre à Scut, em Água d' Alto. Porém isso não tinha sido possível. Assim, perante esse impasse o executivo camarário não vislumbrava outra alternativa senão a expropriação.-----

Perante o exposto o membro da Assembleia Municipal, Hélder Medeiros, referiu não ter tido conhecimento de algum processo de expropriação no Concelho, por parte da autarquia e lembrou que aquela situação era menos favorável para o proprietário uma vez que, nesses processos, o valor entregue pelo ato era inferior ao do valor do mercado.-----

O Presidente da Câmara voltou a explicar que tudo o que fora feito tinha sido de acordo e com o previsto na lei. Todo o processo era legal assim como as obras. O vereador responsável pelo processo havia conversado com todos os proprietários dos terrenos envolvidos e todos concordaram vender exceto os referidos senhores. Saliu que a expropriação só seria feita na inexistência de um acordo. Acrescentou ainda que estava disposto a chegar a um consenso, caso a outra parte envolvida estivesse determinada em resolver a questão. Realçou a importância da obra, assim como os prazos legais de concretização que dependiam dos fundos comunitários europeus.-----

O membro da Assembleia Municipal, Maria Helena Ponte, eleita pela lista do PS, falou do seu caso pessoal de expropriação e ressaltou que, por vezes, havia interesses coletivos que se sobrepunham aos interesses particulares. Face ao exposto o membro da Assembleia Municipal Hélder Medeiros, frisou que não era contra as expropriações e apelou que se atendessem à necessidade de se esgotar todas as negociações possíveis para que se evitasse esse processo.-----

Submetida a votação, a Assembleia Municipal, aprovou por maioria a proposta apresentada. Absteve-se o Grupo PPD/PSD e PPM.-----

PONTO SETE - PROC.N.6953/GSP/2013 - Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel - Pedido de Isenção de Taxas.-----

Foi presente à reunião a proposta da Câmara Municipal de isenção da Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel no pagamento de taxas de operação urbanística por aquela realizada.-----

Relativamente ao assunto mencionado o Presidente da Câmara explicou que a Igreja Matriz, de Vila Franca do Campo, se encontrava em dificuldades económicas e, atendendo que, a igreja católica desempenhava um papel muito relevante junto da comunidade vila-franquense, que tinha património para conservar e que se assistia a uma contribuição diminuta por parte dos contribuintes populares, a câmara havia aceite essa exceção pelo contributo que aquela instituição prestava, quer para crentes como para não crentes, através das valências de apoio social. O valor em questão (700€) não tinha qualquer impacto no orçamento camarário. Face ao exposto, pedido de isenção de pagamento de taxas, apresentado com as considerações transcritas na deliberação da Câmara Municipal de 15-01-2014, a Assembleia deliberou aprovar por unanimidade a citada isenção, com a falta do voto do Presidente da Assembleia, por se encontrar na situação de impedimento legal, na qualidade de membro da Comissão Fabriqueira da igreja paroquial de São Miguel, entidade requerente.-----

PONTO OITO - PROC.N. 239/GSP/2014 - Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2013 - 4º Trimestre -----

Foi presente à reunião o Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Financeiro - Exercício de 2013 - 4º Trimestre. A Assembleia Municipal, tomou conhecimento.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto o período destinado à intervenção do público, o Presidente da Assembleia informou que esse tinha a duração de 30 minutos, cabendo, no máximo, a cada pessoa, 5 minutos de intervenção, tendo cada cidadão que referir o nome completo, morada e o assunto/os apresentar. -----

Subscreveram-se para intervenção os munícipes: João Batista Furtado, residente na Rua Professor Eduíno Terra Vargas, n.º 28, freguesia de Ponta Garça; Graziela Couto, residente na Rua da Carreira, n.º 28, freguesia de Água d'Alto; Natércia Braga, residente no Novo Arruamento da Canadinha, n.º 20, freguesia de Ponta Garça e Francisco Melo, Rua Teófilo Braga, n.º 20, freguesia de São Miguel.-----

Assim, obedecendo à ordem de inscrição, foi dada a palavra ao senhor João Baptista Furtado que falou dos passeios da sua freguesia nomeadamente da rua onde reside, assim como das ruas Padre José Gregório e Nossa Senhora da Piedade. Referiu que nesses últimos vinte anos se tinha assistido à construção ilegal de acessos às propriedades privadas, em cima dos passeios públicos. Considerou que se cometeram grandes atrocidades arquitetónicas que vieram descaracterizar os ditos passeios. Alertou para o facto de tais irregularidades constituírem um perigo constante para os transeuntes e apelou para uma vistoria rigorosa, por parte dos técnicos camarários, com vista a uma solução rápida e cabal. Finalmente apelou para que se procedesse à sinalização ou então à retirada de 2 postes de betão do parque do Loteamento, uma vez que estes ofereciam perigo de embate por parte das viaturas.-----

Seguidamente foi dado o uso da palavra, pelo Presidente da Assembleia, à senhora Graziela Couto que interveio sobre a Expropriação apresentada no ponto seis da ordem de trabalhos dessa Assembleia. A senhora Graziela apresentou-se como proprietária do terreno a expropriar e disse ter-se deslocado à Câmara de um modo informal para ver o projeto em estudo. Disse ter colocado várias questões ao vice-presidente e não ficando completamente esclarecida marcou uma reunião com o presidente da Câmara Municipal. Nessa reunião foi-lhe dito que a Câmara não tinha dinheiro para fazer a expropriação. Acrescentou que formalmente a Câmara nunca a tinha contactado para tratar desse assunto.-----

O Presidente da Câmara pediu a palavra ao Presidente da Assembleia para esclarecer que, em contato anterior com a senhora Graziela Couto, a mesma disse não querer vender a parcela de terreno de que era proprietária e só depois disso é que a Câmara Municipal deliberara apresentar a proposta da expropriação. Porém, acrescentou, que se encontrava disposto a chegar a um acordo com a visada, caso essa se compromettesse a reunir-se no dia seguinte para debaterem o assunto e chegarem a um consenso. Caso contrário a expropriação seria a solução.-----

Na sequência da intervenção pública o presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Natércia Braga que, na qualidade de Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação, de Ponta Garça, falou dos inúmeros problemas de insucesso escolar e disciplinar que a escola de Ponta Garça era acometida. Referiu que a escola tinha um projeto de envolvimento parental e que gostaria de saber se o executivo tinha abertura para se envolver no mesmo. Salientou que atempadamente falariam visto haver reunião marcada para esse efeito. Acrescentou ainda que a inexistência de um parque de estacionamento para os pais e encarregados de educação era uma preocupação. -----

Em resposta à senhora Natércia Braga o Presidente da Câmara disse que a equipa camarária por ele liderada tinha assumido o compromisso de combater o insucesso escolar. Assim juntariam esforços na resolução e na procura de soluções para os problemas relacionados com a educação. Referiu conhecer a problemática da escola de Ponta Garça e que as preocupações seriam atempadamente alvo de conversações. Salientou que as escolas básicas eram da responsabilidade direta da câmara. Todavia, como a escola de Ponta Garça era uma Básica/Integrada teria que haver conversações com a Secretaria da Educação na busca de soluções para as problemáticas apresentadas.-----

Por último foi dado, pelo Presidente da Assembleia, o tempo de intervenção ao munícipe Francisco Melo que, na qualidade de vice- presidente da JSD do concelho de Vila Franca do Campo, parabenizou a criação do Conselho da Juventude.-----

O Presidente da Câmara agradeceu as palavras proferidas e referiu contar com todas as associações de jovens e, por inerência, as associações partidárias.-----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo 23:00 horas o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Paula Carvalho Dias Pimentel, Secretária da Mesa da Assembleia, a mandei escrever e subscrevo.-----

--- Declaro ainda que a presente ata contém 13 folhas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

Lucindo dos Anjos Fontes Couto

A 1.ª Secretária

Maria Paula Carvalho Dias Pimentel